IGUALDADE, LIBERDADE E REPRESENTATIVIDADE: O CLÁSSICO DEBATE QUE SUSTENTA A TEORIA DA POLÍTICA MODERNA

Rebecca Allarayna Felix da Silva¹

Introdução

O século XVIII é marcado pela crise dos antigos regimes e pela luta por uma sociedade mais igualitária. A Revolução Francesa pode ser considerada um pilar e uma grande influenciadora em movimentos e revoluções que estavam na busca pela autonomia.

Um século antes da aclamada Revolução Francesa, surgiu, na França, o chamado Iluminismo. Movimento que tinha o propósito de iluminar "as trevas" da sociedade e pregava os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

A ascendência de tais conceitos incentivou a luta por uma sociedade justa para todos os indivíduos e marcou o enfrentamento da população contra regimes totalitários e excludentes.

A partir de então, as ideias sobre liberdade e igualdade passaram a ser amplamente debatidos entre inúmeros filósofos e estudiosos. Atrelado a esses temas surge o conceito de representatividade e a ideia da participação efetiva da população a favor do bem e do desenvolvimento das nações.

O seguinte artigo tem o propósito de discutir temas amplamente debatidos no contexto da teoria política moderna. Destaca-se a necessidade de analisar a multiplicidade dos conceitos de liberdade e igualdade e a ideia de representatividade.

As ideias de liberdade e igualdade são vistas como múltiplas devido ao fato de que nos estudos feitos ao longo dos anos sobre a sociedade, estudiosos criaram percepções diferentes sobre a significado e conceito de tais termos.

A representatividade, por sua vez, tem espaço importante nesse debate devido ao fato de que é de extrema importância para o engajamento das minorias na vida política e social de uma nação.

Nasceu no interior do Pará. Viveu sua infância na Serra dos Carajás, onde se desenvolve o projeto de extração mineral Grande Carajás. Estudou grande parte do seu Ensino Médio na província de Tete, Moçambique. Ao retornar para o Brasil, concluiu seus estudos e agora, aos 21 anos, é discente do curso de Relações Internacionais e Integração na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: rebecca.silva.cks@hotmail.com

1 - A multiplicidade dos conceitos de liberdade e igualdade e a significância dessas ideias para a teoria política

O desenvolvimento e o estudo avançado sobre o iluminismo permitiram uma análise sobre a conduta da sociedade. Filósofos modernos criaram suas teorias acerca de tal movimento e, até mesmo, estudiosos que não fizeram parte dessa época entraram em tal discussão. As concepções sobre igualdade e liberdade são diversas.

John Locke acreditava que não era possível existir uma hierarquia natural entre os homens. A liberdade, para ele, era percebida como a igualdade entre os seres, ela era caracterizada por algo existente na natureza do homem. (HUNTZ, 2004)

Immanuel Kant, por sua vez, via a liberdade como ideal de seguir as leis e agir perante elas. Liberdade como a autonomia e propriedade dos seres de legislarem para si próprios. (KANT, 2008)

Entre os autores da época surgiram outras inúmeras opiniões sobre os ideais iluministas. Porém, por mais que a igualdade fosse amplamente pregada, no que diz respeito a igualdade entre os sexos, não houve mudança no âmbito político.

Mary Wollstonecraft, nesse sentido, pregava e defendia a igualdade entre os sexos e afirmava que a liberdade e a igualdade eram conceitos interligados. (MASSUIA, 2016)

Sob a influência da escritora inglesa, Stuart Mill também abordou tal assunto afirmando que somente a plena igualdade entre os sexos garantiria a liberdade humana e a democracia. (WEFFORT, 2001)

Tendo em vista o que foi exemplificado, a multiplicidade dos conceitos de liberdade e igualdade é indiscutível, uma vez que as opiniões e teorias acerca do assunto são diversas. O debate, tanto moderno, quanto contemporâneo, ajuda na compreensão da forma pela qual a sociedade se estrutura e na análise da conjuntura política passada e atual.

2 - Um debate sobre a representatividade e sua realidade contemporânea

A busca por uma sociedade justa incluiu a necessidade da representação política e social. Isso se deve ao fato de que a representatividade de um grupo, de uma classe ou de uma nação, se faz indispensável para a construção de uma sociedade totalmente democrática.

Stuart Mill caracterizou um governo ideal como aquele em que existisse plena representatividade, indagou, ainda, sobre o que se devia esperar de uma nação em que os indivíduos que a compõem não têm nenhuma voz sobre seu destino. (WEFFORT, 2001)

Uma análise interessante de Mill sobre a representatividade é a ideia de que no despotismo, o único patriota é o próprio déspota, visto que não se deve exigir o interesse dos indivíduos por uma nação e um regime no qual eles não tenham participação, nem visibilidade. (WEFFORT, 2001)

Não apenas na política atual, mas em todos os momentos em que a tentativa de criar uma sociedade democrática era visível, a busca pela representatividade sempre foi um ponto chave para que as minorias tivessem voz dentro do âmbito nacional. Por mais que essa seja uma condição de extrema importância para a construção de uma sociedade justa e igualitária, até nos dias atuais as minorias enfrentam dificuldade em ter a devida representatividade justamente pelo fato de estarem em uma desvantagem social.

A minoria social nem sempre se refere a uma quantidade menor de indivíduos, mas sim a dificuldade que essas pessoas enfrentam para serem representadas dentro da sociedade atual.

Essa desvantagem pode ser causada por inúmeros fatores. A minoria em relação a uma quantidade menor de indivíduos de um grupo social pode ser caracterizada como um motivo, porém, tais grupos podem ser afetados, também, pela descriminação e preconceitos que foram criados dentro da sociedade ao longo dos anos.

Essa descriminação pode ser causada por diversos motivos, sejam eles sociais, religiosos, físicos, de gênero, étnicos, entre vários outros.

A luta das mulheres, dos indígenas e de outros inúmeros grupos sociais teve o início nos primórdios do enfrentamento da sociedade contra as desigualdades e permanece até os dias contemporâneos.

Conclusão

De acordo com o que foi apresentado ao longo desse ensaio, fica clara a ideia de que existem inúmeras concepções sobre os ideais iluministas e sobre os conceitos de liberdade e igualdade.

Atrelado a isso, vale ressaltar a indiscutível importância da representatividade das minorias na construção da democracia.

O debate sobre tais temas compõe a análise da teoria política moderna e nos ajuda a compreender a formação social e política da sociedade ao longo dos anos.

Referencias bibliográficas

Hobsbawm, E. (2003). A Revolução Francesa. Em *A era das revoluções: 1789 – 1848*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 83-114.

Huntz, R. (2004). Locke, liberdade, igualdade e propriedade: Clássicos do pensamento político. São Paulo: Edusp, 91-119.

Kant, I. (2008). *A paz perpetua (1795): Um projecto filosófico*. Covilhã: Universidade da Beira Anterior.

Massuia, B. (2016). O livro a vindication of the rights of woman de Mary Wollstonecraft e o tema da educação feminina (1792). Curitiba: Unespar, 1-13-

Várnagy, T. (2006). O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo. São Paulo: USP.

Weffort, F. (2001). Os clássicos da política. São Paulo: Editora Ática.